

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

## **A influência da crise de asilo nas eleições legislativas de 2018 em Itália**

Mariana Raquel Rainha Figueiredo Tavares

Mestrado em Ciência Política

Orientador:  
Doutor João Carvalho, Investigador Auxiliar  
ISCTE-IUL

outubro, 2020





SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**A influência da crise de asilo nas eleições legislativas de 2018 em Itália**

Mariana Raquel Rainha Figueiredo Tavares

Mestrado em Ciência Política

Orientador:  
Doutor João Carvalho, Investigador Auxiliar  
ISCTE-IUL

outubro, 2020



*Para a minha família,  
pelo apoio incondicional.*

*«A consciência da inconsciência da vida  
é o maior martírio imposto à inteligência.»*

*Fernando Pessoa*



## **Agradecimentos**

Na realização do presente trabalho, contei com o apoio direto e indireto de variadas pessoas às quais estou imensamente grata.

Em primeiro lugar quero agradecer ao orientador desta dissertação, o Doutor João Carvalho, pela orientação prestada, o apoio e a disponibilidade que sempre demonstrou para esclarecer dúvidas, dar conselhos e opiniões.

A todos os professores de mestrado, pelos conhecimentos que me transmitiram ao longo do percurso académico e que sustentaram a elaboração desta dissertação.

A todos os colegas de mestrado, em especial à Mariana Branquinho e à Inês Duarte que sempre se mostraram disponíveis em ouvir as minhas preocupações, dúvidas e ideias e sempre tiveram uma palavra amiga para me oferecer.

À minha família pelo apoio incondicional, por me ouvirem, por acreditarem em mim e nas minhas capacidades e por nunca me deixarem sem chão.

A todos os meus amigos chegados, que de forma direta ou indireta estiveram presentes nesta etapa, se interessaram pelo meu trabalho e me apoiaram. Em especial ao Diogo Vieira, à Catarina Hasse, à Rita Lemos, ao Cristiano Pereira, à Rita Amaral, ao Frederico Neves e à Inês Santos António pela paciência quase diária de ouvir os meus desabafos relacionados com a escrita deste trabalho, pelo apoio incondicional nos momentos menos fáceis e pelas conversas sobre variados tópicos que ajudavam a diminuir a ansiedade em relação à escrita.

Aos meus novos amigos, que embora não estejam presentes desde o início, me apoiaram e tentaram ajudar em tudo. Em especial ao Diogo Resende.

A todos os meus sinceros agradecimentos.



## Resumo

A crise de asilo é um fenómeno que veio destabilizar a rotina de um vasto leque de países, principalmente Grécia e Itália, e conseqüentemente, vários sectores da sociedade. Deste modo, o objetivo é determinar se houve um aumento na preocupação da opinião pública em relação à imigração e a influência da crise de asilo nas eleições legislativas de 2018. A revisão da literatura vai tentar perceber como funcionam a emigração e a imigração em Itália, o sistema eleitoral, o sistema partidário italiano e as eleições legislativas em 2018. Estas são o principal objeto de estudo devido ao abuso da questão da imigração na campanha eleitoral e como esse facto se relaciona com a crise de asilo. No que toca ao aumento da preocupação da opinião pública com a imigração são utilizados questionários realizados a uma amostra da população italiana nos anos de 2013 e 2018. É feita uma comparação entre ambos e uma análise específica de cada ano para captar o comportamento da opinião pública relativamente à imigração e perceber se a crise de asilo juntamente com a opinião pública surtiu algum impacto nas eleições e conseqüente desfecho. Tal como a análise dos dados empíricos indica, este estudo sugere que a crise de asilo influenciou o resultado das eleições legislativas de 2018 embora não tenha sido o único fator que afetou o resultado das mesmas.

**Palavras-chave:** Imigração, crise de asilo, eleições legislativas, opinião pública.



## **Abstract**

The asylum crisis is a phenomenon that has disrupted the routine of several countries, especially Greece and Italy and consequentially many sectors of society. Therefore, the main goal of this thesis is to determine whether the general public concerns regarding immigration increased and the influence of the asylum crisis on the legislative elections of 2018. The literature review will try to understand how emigration and immigration works in Italy, their electoral system, the Italian party system and how the legislative elections of 2018 went. The latter are the main study object due to how the immigration issue was exploited in the electoral campaign and how that relates to the asylum crisis. The increase of the general public concerns regarding immigration was analysed through questionnaires given to a sample of the Italian population in 2013 and 2018. Both years were compared, and each year analysed specifically to capture the public opinion towards immigration and to understand if the asylum crisis combined with the public opinion have had an impact on the elections and their outcome. As the analysis of the empirical data indicates, this study suggests that the asylum crisis influenced the outcome of the general election even though it was not a determining factor for the result.

**Keywords:** Immigration, asylum crisis, general election, public opinion.



# Índice

1. Introdução .....	1
2. Metodologia de pesquisa .....	3
3. Emigração .....	4
4. Imigração.....	5
5. A crise de asilo .....	9
6. Sistema eleitoral italiano .....	12
<i>Porcellum</i> .....	12
<i>Italicum</i> .....	13
<i>Rosatellum</i> .....	14
6.1. Sistema partidário italiano.....	15
Arena eleitoral .....	16
Arena parlamentar .....	16
Arena governamental .....	17
7. Eleições legislativas de 2018.....	18
A campanha eleitoral.....	18
Desfecho das eleições.....	19
8. A evolução dos níveis de preocupação: comportamento da opinião pública .....	20
8.1. Resultados do Eurobarómetro .....	21
8.1.1. Perceção da imigração de fora da EU para Itália .....	21
8.1.2. Os temas políticos mais salientes na opinião pública entre 2013 e 2018 .....	22
8.1.3. A saliência da imigração, do desemprego e da situação económica na opinião pública .....	23
8.2. Resultados do inquérito por questionário do ITANES em 2013 .....	24
8.2.1. Perceção pública da contribuição da imigração para a economia .....	24
8.2.2. Perceção da necessidade de assimilação cultural por parte dos migrantes.....	25
8.3. Resultados do inquérito por questionário do ITANES em 2018.....	26
8.3.1. Perceção pública sobre a intensidade da cultura italiana.....	26
8.3.2. Perceção pública da contribuição da imigração para a cultura italiana .....	27
8.3.3. Os imigrantes são um bem ou um mal para a economia italiana .....	28
8.4. Evolução dos níveis de preocupação.....	29
8.4.1. <i>Lege Nord</i> e o aumento da preocupação com a imigração.....	30
9. Discussão.....	32
10. Considerações finais.....	34
Referências Bibliográficas .....	36



## 1. Introdução

Itália é um dos países que mais recebeu imigrantes desde o início de 2014, atingindo o seu pico em 2015. Este país detém um papel importante e crítico na rota da Europa, incluindo nas operações de patrulha e na prevenção de tragédias por ser, deste modo, uma rota central. A razão para a turbulência que veio afetar vários segmentos de variados países está relacionada com a crise de asilo que ainda perdura nos dias de hoje pela dificuldade de resolução e da falta de meios para lidar com o grande número de refugiados que deixa os seus países de origem à procura de melhores condições, fugir à guerra que avassalou as suas casas, as suas ruas e as suas cidades, perseguições e violência.

Antes de ser um país de imigração, Itália era conhecida como um país de emigrantes. Uma parte da população italiana começou a emigrar devido às más condições que se acentuavam, nomeadamente falta de emprego, pobreza e a agricultura pobre que existia no Sul de Itália. Denota-se uma migração de sul para norte e uma emigração para outros países na busca de melhores condições de vida.

No entanto, o fluxo migratório de imigrantes mostra-se também em fases e começa com migrantes económicos que tinham o objetivo de encontrar melhores oportunidades depois da queda dos regimes comunistas e surgimento de guerras civis. É neste período também que acordos são assinados e leis são criadas para a melhoria das condições dos imigrantes.

Neste momento, a crise de asilo ou a Crise Migratória Europeia é considerada um dos maiores fluxos migratórios desde a Segunda Guerra Mundial. Esta crise, que ainda permanece nos dias de hoje e cujo fim não está à vista, dominou o discurso político e deu abertura para a revelação de partidos populistas de extrema-direita, de atitudes anti-imigração, criando uma divisão pela União Europeia. Em 2015 atingiu o seu pico, onde um grande número de indivíduos vindos principalmente da Síria, Líbia, Iraque, Afeganistão e Turquia, utilizou as rotas marítimas muito perigosas para chegar até países como Grécia e Itália, que nesse ano receberam o maior número de migrantes. Neste momento, a Grécia encontra-se com 12 577 chegadas de requerentes de asilo segundo a estatística da UNHCR.

A Europa nunca se preparou para um acontecimento desta dimensão, onde milhares de pessoas embarcaram na procura de melhores condições de vida. Tendo em conta que no início as fronteiras tenham sido abertas para receber o grande número de pessoas que haveria de chegar, mais tarde o contrário começou a ser praticado. Esta mudança surgiu

como consequência do medo que se fazia sentir revolvendo à volta das políticas anti-imigração e do nacionalismo que começou a assolar muitos países, onde os partidos de extrema-direita começam a ser uma realidade que não pode ser ignorada. Contudo, são duas tendências que se encontram, força da crise de asilo e a força da extrema-direita, e daí advém consequências com as quais cada país tem de lidar.

O sistema eleitoral italiano é considerado um sistema instável e que pode ter o seu impacto na emergência de novos partidos ou à decadência de antigos. Também é caracterizado por ser um sistema com várias reformas eleitorais. É importante desconstruir o sistema eleitoral para perceber, dessa forma, como é que dadas as reformas, os partidos vão emergir ou desaparecer e como é que isso afetou as eleições legislativas de 2018, onde os partidos *Movimento Cinque Stelle* (M5s) e o *Lega Nord* (LN) obtiveram grande destaque. O destaque destes partidos veio influenciar a estrutura bipolar que era característico do sistema partidário italiano, tornando-se num sistema tripolar com equilíbrio de poder entre os três polos.

A questão mais debatida nas eleições legislativas de 2018 foi a imigração. A grande maioria dos partidos, durante a campanha eleitoral, abordou a forma como esta devia ser reduzida e restringida para a segurança dos italianos bem como o impacto que esta teria na economia, que também era uma das principais questões que preocupava os eleitorados. O desfecho centrou-se na ascensão que o *Lega Nord* teve, no facto do M5s se ter tornado uma das grandes forças políticas e na coligação que viria a entrar no governo.

O tema central desta investigação são as eleições legislativas de 2018 em Itália e como estas são influenciadas pela crise de asilo. Deste modo, o objeto de estudo é o impacto da crise de asilo nas eleições legislativas, com a análise da opinião pública relativamente à imigração em Itália.

Os objetivos são:

1. Observar se houve um aumento dos níveis de preocupação da imigração na opinião pública;
2. Entender a influência da crise de asilo nas eleições legislativas de 2018.

Este trabalho encontra-se dividido em dez capítulos. O primeiro capítulo, intitulado de introdução, apresenta o tema, a questão de investigação e quais são os objetivos desta investigação. O segundo capítulo apresenta os métodos utilizados para a realização desta investigação. O terceiro capítulo, tal como o quarto, quinto, sexto, sétimo pertencem à revisão de literatura onde se pretende contextualizar a questão da emigração, imigração em Itália, a crise de asilo, o sistema eleitoral e partidário italiano e as eleições legislativas

de 2018 para entender como a crise pode ou não ter afetado as eleições e a opinião pública. O oitavo capítulo apresenta a análise dos gráficos relativa à opinião pública bem como as conclusões que daí advêm. O nono capítulo aborda as conclusões da análise de gráficos, da revisão da literatura e pretende relacionar os resultados com a questão de partida chegando à conclusão de haver ou não influência da crise de asilo nas eleições legislativas de 2018. Por último, no décimo capítulo apresentam-se as conclusões gerais do trabalho.

## 2. Metodologia de pesquisa

A metodologia aplicada estabelece as bases na pesquisa de artigos, dissertações e livros para dar existência à contextualização e, através do método quantitativo, deriva a análise de gráficos. A contextualização é concebida através da revisão de literatura sobre as diferentes componentes: emigração, imigração, a crise de asilo, sistema eleitoral italiano, sistema partidário italiano e eleições legislativas de 2018. Esta etapa desenvolveu-se através da recolha exaustiva e de uma análise cuidada através do fundamento de vários autores. Os objetivos a atingir baseiam-se na avaliação do aumento ou não dos níveis de preocupação da imigração na opinião pública e compreender se houve impacto ou não com a crise de asilo nas eleições legislativas de 2018 em Itália.

Para chegar à compreensão do aumento ou não dos níveis de preocupação da imigração na opinião pública é utilizado o método quantitativo. Desta forma, é feita análise de inquéritos eleitorais através de uma análise de cruzamento de dados do período de 2013 a 2018 com base nos dados fornecidos pelo Eurobarómetro e, especificamente, destes anos individualmente com base nos dados do ITANES. É importante analisar o período entre 2013 e 2018 para perceber como se procedeu a mudança, caso esta ocorra, as diferenças e semelhanças entre a opinião pública e possíveis causas para esta alteração. No que diz respeito à análise dos anos de forma individual, pretende-se uma observação minuciosa dos parâmetros que sofreram alguma alteração para, dessa forma, poder sustentar a comparação anterior, de uma forma mais sucinta de modo a obter um resultado mais coeso.

O método quantitativo é o melhor método para a análise do comportamento da opinião pública, e, conseqüentemente, os inquéritos eleitorais permitem aferir uma conclusão precisa sobre um determinado comportamento. Desse modo, é possível comprovar se este comportamento se interliga com a crise de asilo e se esta exerceu um impacto nas eleições legislativas.

### 3. Emigração

Nos últimos anos, Itália, um país com um longo histórico de emigração tornou-se um país de imigração devido a guerras, conflitos e questões económicas e político-sociais noutros países, principalmente países africanos, Síria, e dos Balcãs.

É necessário contextualizar a emigração em Itália e para fora da mesma para se entender como é que Itália, mais tarde, se torna um país de imigrantes e a razão pela qual um grande número da população italiana tem opiniões fortes em relação às crises migratórias que se têm gerado durante estes anos.

Pode-se descrever várias fases de migração para fora de Itália e mesmo um fluxo interno, principalmente, do Sul para o Norte devido às condições económicas opostas. A emigração começou com o Ressurgimento<sup>1</sup> que levou a uma falta de empregos, pobreza e a uma agricultura pobre no Sul de Itália, embora também houvesse população a emigrar vinda do Norte. Um elevado número de habitantes deixou Itália rumo a uma vida melhor onde houvesse oportunidades de emprego.

Del Boca e Venturini (2003) descrevem quatro de vários períodos de emigração.

O primeiro dá-se entre 1869 e 1925, mais uma vez no fim da unificação italiana. Neste período, criam-se leis a favor dos emigrantes para os proteger e dar-lhes uma oportunidade de integração. Bulli e Soare (2018) abordam que durante 1876 e 1885, ou seja, enquanto a unificação se enalrava, a maioria dos migrantes italianos emigravam para França, Suíça, o Império Austro-húngaro, Alemanha e, mais tarde, Estados Unidos, Argentina e Brasil.

O segundo período está diretamente relacionado com o fim da Segunda Guerra Mundial registado entre 1926 e 1939, mas ao contrário do que se denotava na primeira fase, o regime fascista restringia a emigração e a imigração também era limitada. Várias leis que restringiam a migração foram implementadas e o processo de migração estava mais estável (Bulli & Soare, 2018). O que mais se observava nos padrões migratórios eram os italianos do sul a migrar para o norte. Outro fator que contribuiu para a questão da emigração foi a crise económica de 1929, também conhecida como Grande Depressão.

O terceiro período começou em 1946 e está fortemente marcado pela formação do Departamento de Emigração que visava a promoção da emigração. Nesta época, a economia italiana começou a regenerar fazendo com que os italianos que viviam no sul

---

<sup>1</sup> Movimento italiano que unificou o país entre 1815 e 1870.

começassem a emigrar para o norte devido às condições serem melhores porque a melhoria económica estava fortemente presente no norte de Itália (Bulli & Soare, 2018).

O quarto período regista-se nos anos sessenta que ficaria marcado pelo esforço de vários agentes na proteção da emigração italiana e na comunidade que se estendia pelos outros países. Por exemplo, em 1917, os Estados Unidos da América proibiram a entrada de migrantes analfabetos, o que faria com que a população do sul de Itália, os agricultores, não pudessem migrar para o país em questão. Mais tarde, viriam a instaurar uma quota que restringisse o número de italianos nos Estados Unidos da América.

Além das consequências do regime fascista sob a opinião pública e os sentimentos em torno da migração, outro fator que também veio implicar a opinião pública foi a recessão económica nos anos setenta e a consequentemente crise de petróleo, o que iria afetar o número de italianos a migrar nesse mesmo período e também nos anos oitenta.

Após ter sido analisado a emigração, o passo seguinte é entender a imigração em Itália.

#### 4. Imigração

Itália tornou-se um país de imigração por várias razões, sendo uma delas a sua posição geográfica (Bulli & Soare, 2018), mais especificamente os seus portos no Sul, o que levou a tornar-se um ponto crucial na rota migratória do mediterrâneo, incluindo na prevenção de tragédias e operações militares de patrulha. Desde os anos noventa que existe o registo de imigrantes em Itália, os primeiros identificados eram estudantes que fugiam da ditadura em África, Médio Oriente, Ásia e até América Latina (Bulli & Soare, 2018; Zincone & Caponio, 2006).

A imigração está diretamente ligada à promulgação de leis que vêm a mudar as condições dos imigrantes que fogem a conflitos, situações precárias, guerras ou simplesmente que estão à procura de uma vida melhor.

“A ampla perceção de um número crescente de estrangeiros empregados ilegalmente levou, após longos procedimentos parlamentares, à promulgação da primeira amnistia significativa, implementada de acordo com as disposições contidas numa primeira tentativa de regulamentar a entrada, residência e emprego de imigrantes (Lei 943/1986 e extensões subsequentes). A medida, destinada a funcionários de fora da UE que estavam na Itália antes de 27 de janeiro de 1987, previa primeiro a

regularização da permanência e depois o emprego. Tanto o Ministério do Interior quanto o Ministério do Trabalho fizeram uma contagem de pedidos de regularização. Os dados registados pelas duas fontes não eram perfeitamente consistentes e os números eram diferentes (105 000 e 119 000, respetivamente), uma vez que alguns trabalhadores que já tinham permissão para permanecer também solicitavam licenças de trabalho [Natale e Strozza, 1990]. Foram concedidas cerca de 105 000 licenças de permanência, mais de 40% indo para trabalhadores de fora da UE que não eram empregues ou que não podiam provar que foram contratados como empregados.” (Bonifazi, Heinz, Strozza & Vitiello, 2009: 28)

A onda de migrantes económicos regista-se nos anos oitenta, que eram sobretudo indivíduos que procuravam uma oportunidade de emprego. Após esta onda, o governo italiano decidiu regular o desenvolvimento destes fluxos. Dessa forma, foi implementada a Lei 943/1986, que visava reconhecer os migrantes como trabalhadores e também seria uma forma de proteger os italianos contra uma competição desfavorável no mercado de trabalho (Zincone & Caponio, 2006).

A segunda vaga de imigração aconteceu nos anos noventa quando os regimes comunistas começaram a cair na Europa de Leste, ou seja, Roménia, Albânia e o que fora a Antiga Jugoslávia. Nessa altura, a Antiga Jugoslávia travava a guerra civil levando Itália a garantir vistos temporários para todos os cidadãos que deixassem o país e tivessem a intenção de entrar em Itália por razões humanitárias. Mesmo sendo temporário, mais tarde tornou-se permanente porque a lei acabou por mudar em 1995. Sendo assim, diversos imigrantes ilegais acabaram por ter estatuto legal. O que é explicado por Del Boca e Venturini (2003):

“A falta de uma lei de imigração apropriada (restritiva) e as fronteiras longas e vertiginosas causaram o início do fluxo e o efeito em cadeia trouxe ainda mais imigrantes, mesmo que a lei se tenha tornado mais restritiva e as oportunidades económicas tenham diminuído. Nos anos 90, o colapso da ex-Jugoslávia e da Albânia colocou Itália ainda mais sob pressão em relação aos fluxos ilegais. “*Boat people*” vieram da Albânia e de outros países vizinhos do Mediterrâneo, mas também de lugares tão distantes quanto o Curdistão.” (Del Boca & Venturini 2003: 24)

Muitas leis e reformas estavam a ser instauradas devido à permanência dos migrantes e com o intuito de combater o estatuto de imigrante ilegal.

Em 1985, é assinado o acordo Schengen que pretendia a livre circulação de pessoas pelos países que inauguraram o processo de integração europeu e comprometeram-se a promover um processo de livre circulação para os seus cidadãos, com o objetivo de quebrar as fronteiras nacionais e transferir o controlo das fronteiras internas e passar para as fronteiras externas. Itália assina somente em 1990 (Colucci, 2018).

Neste mesmo ano, a lei de Martelli é implementada e a imigração é vista como uma questão central da sociedade italiana. Esta lei vem abolir a reserva geográfica de requerentes de asilo (Bulli & Soare, 2018; Colucci, 2018), que podem solicitar asilo quando chegam a Itália e a amnistia foi estendida a indivíduos que demonstrassem que residiam em Itália a 31 de dezembro de 1989. Por conseguinte, a lei começa apenas a ser aplicada entre 1991 e 1992 e vem regular grandes movimentos, como por exemplo, os refugiados da Albânia e da Antiga Jugoslávia, facilitando a cidadania aos descendentes dos imigrantes. O seu objetivo principal era revelar o número de estrangeiros presentes em Itália sem vistos para permanecer. (Colucci, 2018).

Em 1998, uma nova lei foi implementada, denominada como lei Turco-Napolitana que tinha como objetivo melhorar a estadia dos imigrantes em Itália, especialmente aqueles que não pertenciam à União Europeia. Esta lei foi mais tarde reformada em 2002, atualizada para lei Bossi-Fini, e tentou intervir na questão da entrada e expulsão, reduzindo as oportunidades legais de entrada, tornando a saída do país mais rápida e frequente.

Nos anos 2000, Itália debruçou-se com a gestão de uma nova onda migratória que provinha da Primavera Árabe, uma onda de protestos e manifestações do Médio Oriente e África. Durante esse período, o partido *Lega Nord* exerce uma grande influência na criação e regulação de políticas de imigração. A imigração era uma prioridade para os eleitores italianos, repentinamente, nas eleições de 2001 devido ao pacto criado entre Berlusconi e Bossi. Este pacto pressupunha a adoção do quadro de imigração pela CdL (*Casa della Libertá*) como um assunto de lei e ordem (Carvalho, 2013).

Devido à imigração ser uma problemática importante e de se ter tornado uma prioridade, em 2002 foi então aprovada a lei Bossi-Fini que tinha “um caráter restrito” (Carvalho, 2013). De início, as negociações incluíram contrato de residência, quotas regionais e a criminalização da imigração irregular, sendo rejeitadas mais tarde, embora, em 2001, tenha sido aprovada uma versão desta proposta que visava só a regularização

de certos tipos de empregos como trabalhadores domésticos. Mais tarde, Bossi comprometeu-se a aprovar uma lei<sup>2</sup> que alongava a amnistia a todos os imigrantes ilegais que viria a ser aprovada em julho de 2002 e a estender as restrições a todos os tipos de entradas, ou seja, todo o imigrante que quisesse entrar em Itália teria de ter um contrato de trabalho ou permanecer no país durante um período específico. O tipo de entradas no país mais comuns era a entrada para trabalhar ou migração ilegal.

O processo volta-se a repetir em 2008, no período eleitoral onde mais uma vez as políticas migratórias são priorizadas. Ao invés de reformarem a lei Bossi-Fini, é tomada a decisão de emitir decretos-lei num contexto de “crise de segurança” (Carvalho, 2003). A imigração ilegal passa a ser vista como um ataque à segurança, e de onde começam a surgir ataques físicos a migrantes em Nápoles. Na mesma medida, mais restrições foram incluídas e os imigrantes teriam de pedir que fossem legalizados pelo Decreto de Fluxos.

No mesmo ano, ocorre um grande fluxo da Líbia de migrantes ilegais que chegam de barco a Lampedusa, o número subiu drasticamente para 36 955 (Carvalho, 2003). Nem todos conseguiram obter proteção. Contudo, um pacto foi criado entre o Presidente da Líbia Muammar Gaddafi e o Primeiro Ministro Silvio Berlusconi onde os migrantes poderiam ser repatriados para a Líbia.

Logo após este acontecimento, outra onda de migrantes afetou o país que ainda estava a lidar com as consequências da Primavera Árabe, denominado de Crise Migratória Europeia que tinha a sua origem, principalmente, na guerra civil Síria. Estas duas grandes ondas migratórias tiveram um grande impacto em Itália, registando constantemente um grande número de imigrantes, tornando Itália um dos países mais afetados.

“Fatores estruturais levaram populações estrangeiras (imigrantes e refugiados) a virem para a Itália. A causa externa significativa mais recente foi a chamada Primavera Árabe, mas a adesão de países emigrantes como Roménia e Bulgária à União Europeia afetou consideravelmente os fluxos migratórios, juntamente com a composição demográfica da população italiana. Os picos no número de indivíduos de países de terceiro mundo corresponderam a janelas de regularização, como as de 1989, 1990, 1995, 1998 e 2002.” (Urso, 2018)

---

<sup>2</sup> Decreto-Lei n.º 9/ 7 de setembro de 2002

Esta citação vem determinar que Itália é afetada por picos de migração externa, não só pelas devidas tentativas de regulamentação dado que têm vindo a tornar-se uma constante na batalha de regulamentação dos imigrantes ilegais, mas também devido à sua localização na rota mediterrânea já que a maioria dos países afetados com conflitos e guerras são países que se localizam muito perto do mediterrâneo.

Após ter sido revisto a questão da imigração em Itália, no próximo capítulo vai ser analisada a crise de asilo com o intuito de perceber como é que se transformou num fenómeno que impactou um vasto leque de países.

## 5. A crise de asilo

A Crise Migratória Europeia, Crise de Asilo ou a Crise de Refugiados é considerada um dos maiores fluxos migratórios desde a Segunda Guerra Mundial que veio dominar o discurso político, principalmente a nível europeu (Paneblanco, 2019). Consequentemente revelou não só partidos de extrema-direita, anti-imigração e populistas, mas também criou uma divisão na União Europeia, particularmente entre as instituições políticas e no discurso político europeu.

A crise de refugiados teve início muito antes de 2015, mas o seu pico foi observado nesse mesmo ano. Consequentemente, mais de um milhão de refugiados atravessou as fronteiras da Europa, especialmente Grécia e Itália pelo mar mediterrâneo. Estes refugiados tinham origem principalmente na Síria, Líbia, Iraque, Afeganistão e Turquia.

Savino (2017) aborda que os fatores que estão na origem desta crise são estruturais e contingentes que, de certa forma, vêm da negligência do sul e leste do mediterrâneo exercida pelo norte devido à existência de uma grande diferença económica que acentua a barreira entre ambos.

Os fatores estruturais baseiam-se maioritariamente na divisão económica.

“O fosso económico entre países europeus e países africanos ou do médio oriente (uma lacuna histórica que aumentou dramaticamente nos últimos cinquenta anos); a maior conscientização dessa lacuna, devido à difusão generalizada da Internet, mesmo em áreas menos desenvolvidas; a redução significativa nos custos de transporte, que tornou realista a perspectiva de emigração para a classe média-alta dos países em desenvolvimento.” (Savino, 2017: 13)

As causas contingentes que vão explicar o aumento dos fluxos migratórios:

“São causas políticas: a Primavera Árabe, o progresso do conflito sírio, a expansão do ISIS e o fracasso do processo de estabilização na Líbia.” (Savino, 2017: 13; Sanguinetti, 2019)

A Europa não estava preparada para o fluxo de refugiados e os seus protocolos não eram os melhores para apoiar a onda de indivíduos que esperava um local seguro longe da guerra e da violência. De início, as fronteiras de um vasto leque de países foram abertas para que as pessoas pudessem chegar a um sítio seguro, para mais tarde, devido ao pico e à grande pressão que se fazia sentir pelo número extensível de migrantes que procuravam asilo, as fronteiras serem um ponto de controlo. Este controlo derivava das inseguranças que se faziam sentir e, conseqüentemente, as políticas anti-imigração e pensamento nacionalista que não favorecia o asilo, nem a compreensão da posição em que se encontravam as pessoas que estavam a fugir das guerras e dos conflitos.

Todas as pessoas têm direito ao asilo, é normal para as mesmas viajar e tentar integrar-se em novos locais onde poderão futuramente permanecer por tempo indeterminado, mas as políticas que protegem os refugiados são difíceis de seguir pelas entidades competentes. Foi nesse sentido que a Convenção de 1951 foi formalmente adotada, para gerir a crise de refugiados que foi acontecendo depois da Segunda Guerra Mundial. Durante o seu pico, e ainda em curso, um grande número de requerentes de asilo sofreu uma trágica morte durante a sua travessia, quando muitos barcos acabaram por se afundar. De acordo com a UNHCR, em abril de 2015 um milhão de pessoas morreu em apenas alguns dias na travessia do mediterrâneo.

Em 2013, já no decurso da crise migratória e no seu aumento gradual do fluxo migratório devido à instabilidade que se fazia notar nos conflitos na Líbia e na guerra da Síria, ocorreu um naufrágio na costa de Lampedusa que causou quase quatrocentas mortes, o que levou o governo italiano a lançar a operação *Mare Nostrum* (MNO) (Panebianco, 2019). Depois desta iniciativa, a marinha italiana conduziu operações de buscas e salvamento para resgatar migrantes que estivessem em perigo, embora fosse uma iniciativa sujeita a controvérsia porque contribuía para colocar o assunto da migração no topo da agenda da União Europeia (Panebianco, 2019). Esta operação foi substituída mais tarde pela operação *Triton*, já sendo esta uma iniciativa europeia.

Itália e Grécia são dos países que mais receberam migrantes desde o início de 2014, chegando ao pico em 2015. Como já foi mencionado, Itália tem um papel crucial na rota

marítima para a Europa, ganhando assim mais atenção dado que as denominadas rotas começaram a ser diminuídas por causa da migração ilegal e de todas as trágicas mortes.

Para muitos dos migrantes, o primeiro país onde efetuam a paragem não é, de todo, o país de destino, denominado assim país de trânsito. Deste modo, Itália e Grécia principalmente, têm presenciado muitos migrantes nos seus territórios, mas grande parte destes indivíduos não quer permanecer porque cada um procura diferentes oportunidades e têm diferentes necessidades. Alguns países de eleição são a Suécia e a Alemanha (Hammond, 2015). Mas existem regulações que entram em conflito com estes desejos, uma delas é a Convenção de Dublin assinada em 1990 e que entrou em vigor em 1997. A Convenção de Dublin dita que o primeiro Estado-Membro onde o requerente de asilo chega será o país responsável e que terá de lidar com o pedido de asilo (Hammond, 2015). Esta lei viria a ser reformada em 2003. O objetivo principal da lei é impedir que os países neguem o acesso ao requerente e que passem a responsabilidade a outro país, mas também é uma lei que pressiona demasiado os países fronteiriços, como, neste caso, Itália. Como pode ser observado na seguinte citação:

“A Convenção de Dublin causou frustrações entre os países do sul da Europa, declarando que eles enfrentam uma porção desproporcional de responsabilidade de regular as fronteiras em nome da Europa como um todo. Dadas as suas capacidades económicas e geográficas limitadas, as autoridades italianas e malteses, em particular, pediram à UE que aumentasse a ‘partilha de encargos’” (Hammond, 2015: 7).

De certa forma, os países tentam lidar internamente com as consequências dos fluxos que se fazem devido à pressão das guerras e dos conflitos nos países vizinhos.

É crucial mencionar a politização da imigração. Com o decorrer dos anos, a questão da imigração tem vindo a ser politizada e esta tem um peso considerável na opinião pública e forma como a imagem da imigração vai ser ditada em público. Como é explicado por Krzyżanowski, Triandafyllidou e Wodak (2018), ao politizar a imigração, os governos e outros agentes políticos tendem a apresentar o controlo da imigração como um problema, o que resulta num forte enquadramento negativo da questão da imigração e como um problema que deve ser combatido. Desse modo, a imigração e em específico a crise de asilo é vista como a causa de vários problemas económicos e sociais, uma estratégia muito usada por partidos de extrema-direita levando ao ganho de visibilidade

na esfera pública. Esta tendência tem sido observada nos últimos anos em diversos países, incluindo em Itália com o partido *Lega Nord*.

Após a análise realizada à crise de asilo é necessário compreender o sistema eleitoral italiano para que haja uma melhor compreensão das eleições eleitorais de 2018. Deste modo, o próximo capítulo tenta compreender o sistema eleitoral italiano e também o sistema partidário.

## 6. Sistema eleitoral italiano

O sistema eleitoral italiano é um sistema que tem sofrido várias reformas ao longo da sua existência devido à sua instabilidade, a qual vai impedir uma previsão firme dos partidos políticos que possam emergir. Estas reformas eleitorais tendem a acontecer na presença de instabilidade sistémica ou em novas democracias (Masseti & Farinelli, 2019). Por conseguinte, estas reformas alteram o sistema partidário, onde antigos ou novos partidos desaparecem ou ascendem.

Desde 2005, o legislador italiano aprovou três leis eleitorais, sendo que duas foram declaradas inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional (Cecili, 2019). Mas as reformas eleitorais começaram muito antes desse ano, sendo a primeira em 1993, denominada *Mattarellum*, com o abandono da Primeira República. Esta prevê o abandono do sistema de representação proporcional e introduz um sistema eleitoral misto.

A primeira reforma eleitoral que aconteceu em Itália denomina-se *Mattarella* ou Lei Mattarella que foi aprovada a 4 de agosto de 1993 e nomeada pelo antigo membro do Parlamento Sergio Mattarella, um sistema baseado em círculos eleitorais uninominais de um único membro, com retificação proporcional (Cecili, 2019). Esta lei viria a ser reformada em 2005, sendo substituída pela nova reforma *Porcellum*.

### *Porcellum*

A maioria parlamentar centro-direita aprovou a reforma eleitoral da Lei *Mattarella*, exercendo o fim do sistema eleitoral anterior que estabelecia as bases em grupos constituintes de um único membro (Cecili, 2019), já anteriormente mencionado. A Lei 270/2005 foi então denominada lei *Porcellum* por Roberto Calderoli, contemplando um sistema proporcional, mas caracterizado pela presença de um prémio majoritário a nível nacional. Como, por exemplo, nas eleições da Câmara de Deputados, um prémio majoritário flexível foi contemplado pela primeira vez pela lista ou coligação que obteve

o maior número de votos garantindo, desta forma, pelo menos 340 assentos (54%). Para o Senado, a mesma situação surtia o efeito, estabeleceu-se uma lista ou coligação que obteria a maioria dos votos na Região, mas devido aos prémios regionais diferentes, não havia garantias de uma maioria sólida nem da conquista do maior número de assentos no Senado (Cecili, 2019).

Desta forma, para conseguir um lugar na Câmara de Deputados, as coligações teriam de obter 10% dos votos e as listas não afiliadas 4% dos votos. E, para o Senado, os valores correspondiam calculados na base regional a 20% dos votos para as coligações e 8% para listas não afiliadas.

Este sistema, desde a sua implementação, foi severamente criticado levando ao Tribunal Constitucional a considerar o mesmo como parcialmente inconstitucional. Depois de uma análise, o Tribunal Constitucional concluiu que a disciplina eleitoral não era proporcional ao objetivo perseguido, pois causava uma limitação excessiva da função de representante parlamentar e do mesmo direito de voto, contribuindo para produzir uma profunda alteração na composição representativa (Cecili, 2019) porque não garantia uma representatividade real do Parlamento relacionado com as indicações do eleitorado.

### *Italicum*

Com as eleições de 2013, ficou marcado na história o fim da competição bipolar entre coligações de centro-esquerda e centro-direita com a ascensão do partido anticartel *Movimento Cinque Stelle* (M5s) (Chiaromonte, 2015; Masseti & Farinelli, 2019). Em fevereiro de 2014, Matteo Renzi, o novo líder do *Partito Democratico* (PD) tornou-se Primeiro-Ministro. Renzi e Berlusconi formaram um pacto chamado *Patto del Nazareno* que serviria como sustento de uma agenda de reforma (Masseti & Farinelli, 2019). Com a decisão do Tribunal Constitucional de reformar parcialmente o sistema eleitoral *Porcellum*, Renzi sentiu a necessidade de aprovar um novo sistema eleitoral visto que o anterior era propício a fragmentação política e à instabilidade governamental. Em março foi aprovado a primeira versão da lei que se apresentava como uma contrarreforma seguida pela maioria da elite política com o objetivo de anular a decisão do Tribunal Constitucional. Ou seja, considerada uma versão marginal da lei de 2005 denominada *Italicum* 1.0.

Nesta primeira versão permaneceu o prémio que permitia ao partido ou coligação com uma pluralidade de votos obter a maioria dos assentos parlamentares (Masseti & Farinelli, 2019), continuando deste modo a combinação de representação proporcional e

o prémio majoritário já característico da lei *Porcellum*. Contudo, a lei permanecia com grandes pareências à última reforma sendo que as únicas alterações efetuadas consistiam num limite mínimo para a alocação do prémio na Câmara de Deputados, que passou de 54% para 37% dos assentos, a introdução de uma segunda volta eleitoral caso nenhuma coligação atinga o limite numa primeira volta e a redução das listas de partidos e um crescimento dos limiares de representação.

Todavia, um novo pacto entre Berlusconi e Renzi é formulado e a lei *Italicum* é reformulada de igual forma para uma nova versão *Italicum 2.0*, a pedido de Renzi, debatida no Senado em 2015 e, conseqüentemente, aceite. Desta forma, foi mantido o prémio majoritário e realizando algumas alterações como a exclusão da concorrência entre coligações, possibilitando as listas de partido único, o limite de alocação do prémio majoritário na Câmara de Deputados foi aumentado para 40%, se não fosse atingido, numa votação final seria de 54% entre dois partidos (Cecili, 2019; Masseti & Farinelli, 2019) E, por último, o sistema de listas fechadas foi substituído pelo sistema de listas semiabertas.

*Italicum 2.0* foi finalmente aprovado no Senado em janeiro de 2015. Contudo, alguns tribunais locais iniciaram recursos para o Tribunal Constitucional. Em sequência, o Tribunal Constitucional decidiu que uma análise era necessária porque a lei *Italicum* podia violar os direitos de voto nas futuras eleições (Masetti & Farinelli, 2019), acabando assim por haver outra intervenção do Tribunal Constitucional.

### *Rosatellum*

Após esta decisão, e antes das eleições de 2018, o Parlamento decide votar num novo sistema eleitoral, um que fosse semelhante ao sistema alemão *Bundestag* (Masetti & Fainelli, 2019). É então proposto um novo sistema eleitoral por Ettore Rosato, propondo 50% dos lugares alocados em distritos de membro único e os outros 50% através de representação proporcional, sendo esta rejeitada numa votação secreta usada para propostas de leis eleitorais em Itália, apesar de ter apoio de alguns partidos.

Conseqüentemente, Rosato, o líder do *Partito Democratico*, propôs de novo uma lei de sistema misto em que 37% dos lugares seriam alocados pelo sistema *first-past-the post* (FPTP) e os restantes lugares seriam por representação proporcional, sendo esta apoiada por quatro partidos: *Partito Democratico* (PD), *Forza Italia* (FI), *Lega Nord* (LN) e *Alternativa Popolare* (AP).

A lei *Rosatellum* é aprovada em outubro de 2017, estabelecendo assim 232 lugares na Câmara dos Deputados e 116 no Senado alocados através do sistema FPTP em distritos de um único membro, 386 assentos na Câmara de Deputados e 193 no Senado por distritos, com múltiplos membros relativamente pequenos (de 2 a 8 assentos), além dos 12 deputados e 6 senadores eleitos por italianos residentes no exterior (Cecili, 2019; Masseti & Farinelli, 2019).

“A quota majoritária serve para permitir que o partido direcione os votos para o candidato mais importante na esfera territorial, que acaba sendo configurado como o topo da lista em relação às candidaturas proporcionais, no caso de listas vinculadas, como único candidato proposto por toda a coalizão a nível local.” (Cecili, 2019: 277)

### 6.1. Sistema partidário italiano

À luz de todas as reformas eleitorais que têm vindo a acontecer desde a queda da Primeira República, o sistema partidário italiano também tem sido modificado porque todas as pequenas mudanças que se efetuam com as transformações eleitorais vão alterar o impacto dos partidos políticos, e, desse modo, o aparecimento ou desaparecimento dos mesmos, como por exemplo: a ascensão do partido *Movimento Cinque Stelle* (M5s).

O sistema partidário italiano é um sistema que se caracteriza por elevados níveis de fragmentação, ao que a polarização é muito mais exacerbada na arena eleitoral onde os partidos podem tomar posições extremas para corresponder às expectativas do eleitorado ao invés de na arena parlamentar (Calossi & Cicchi, 2018).

O sistema partidário italiano sempre foi reconhecido pela sua estrutura bipolar, totalmente estabelecido com os resultados das eleições legislativas de 2001 (Emanuele & Chiaramonte, 2020). Este padrão veio a acabar nas eleições legislativas de 2013 devido à ascensão do partido *Movimento Cinque Stelle* (M5s). Deste modo, teve lugar um novo sistema partidário mais complexo devido ao nascimento de um terceiro polo central e reduzindo assim a importância dos polos centro-esquerda e centro-direita e, mais tarde, um quarto polo se faria notar, onde só se inseria um partido – o M5s, que é complexo de identificar no espectro político de esquerda ou direita.

Contudo, nas eleições legislativas de 2018, o sistema tripolar confirmou-se com o equilíbrio de poder entre os três polos (Emanuele & Chiaramonte 2020), embora as relações interpartidárias sejam complexas e difíceis de prever.

Existem três arenas onde o sistema partidário é analisado pela sua estabilidade, instabilidade e previsibilidade: (1) arena eleitoral, (2) arena parlamentar e (3) arena governamental.

### Arena eleitoral

Segundo Emanuele e Chiaramonte (2020), numa análise feita entre 1948 a 2018, um período de 70 anos, a volatilidade eleitoral é alta em apenas dois momentos: 1) em 1994, com a queda da Primeira República, registando assim 39,3 e 2) as eleições de 2013, principalmente com a ascensão do partido *Movimento Cinque Stelle* (M5s) registando 36,7 de volatilidade eleitoral. Estes números refletem a mudança substancial no equilíbrio de poder tanto entre partidos políticos como também entre os polos eleitorais, como pode ser justificado com a citação abaixo:

“De 2013 a 2018, de facto, a esquerda central caiu do primeiro para o terceiro lugar em termos de número de votos obtidos, enquanto o M5s subiu do terceiro para o segundo lugar e o centro da direita do segundo para o primeiro lugar.” (Emanuele & Chiaramonte 2020: 5)

Calossi e Licchi (2018) analisaram que a volatilidade eleitoral disparou 40,9% entre 1992 e 1994 devido a remodelação do sistema partidário, onde três novos partidos surgiram: *Alleanza Democratica*, *Patto Segni* e *Forza Italia*, tornando-se este último o maior partido.

O sistema partidário mostrou-se estável e equilibrado contando com o aparecimento de mais alguns partidos que não vieram transtornar a estabilidade, até 2013. Em 2013, perante as eleições legislativas, a volatilidade eleitoral a disparar introduziu também novos partidos: *Tarifa por Fermare il Declino*, *Fratelli d'Italia* e *Libertà, Scelta Civica* e a terceira força das eleições, M5s (Calossi & Licchi 2018), sendo que uma grande parte dos votos foram destinados a partidos que não existiam antes, tornando o sistema instável.

No que toca às eleições legislativas de 2018, efetivamente surgiram novos partidos, mas só uma pequena percentagem dos mesmos recebeu votos, não influenciando desse modo a volatilidade eleitoral.

### Arena parlamentar

Esta arena é mediada pelo sistema de votação que é diferente nos diversos tipos de sistemas. No sistema proporcional, o Parlamento exhibe o equilíbrio que resultou da

votação enquanto num sistema majoritário se tenta obter uma relação não linear entre as arenas eleitoral e parlamentar (Emanuele & Chiaramonte, 2020).

A volatilidade parlamentar é calculada tendo em conta o número de assentos em duas eleições consecutivas e a inovação parlamentar é a percentagem do total obtido por novos partidos adquiridos nas eleições parlamentares.

Da mesma forma que a volatilidade eleitoral se mostrou superior no período 1992-1994 e em 2013, o mesmo aconteceu em relação à volatilidade parlamentar. Emanuele e Chiaramonte (2020), na sua análise deste tema, concluíram que a volatilidade parlamentar superior em Itália aconteceu em 1994, registando 48,9, e que entre 2013 e 2018, a volatilidade parlamentar foi superior a 40, 44 e 40,8 respetivamente. Também concluindo que a volatilidade parlamentar nas eleições legislativas de 2018 não se deve ao desaparecimento e/ou surgimento de partidos, mas à troca de assentos entre partidos já presentes no Parlamento, sendo que estes estão nos sete valores mais altos alguma vez registados na história europeia recente (Emanuele & Chiaramonte, 2020). A respeito das eleições legislativas de 2018, a volatilidade parlamentar também se notou superior devido ao sistema eleitoral, *Rosatellum*, empregado recentemente (Calossi & Cicchi, 2018).

### Arena governamental

A arena governamental é mais complexa de analisar em comparação às arenas eleitoral e parlamentar, pois o aumento da volatilidade governamental não só indica um governo instável como indica quando é calculada a volatilidade no caso das arenas eleitoral e parlamentar. A volatilidade na arena governamental não reflete a volatilidade das outras arenas nem a transição de um governo para outro, mas reflete sim as relações entre os partidos parlamentares, ou seja, a mudança dos ministros que representam diferentes partidos (Calossi & Cicchi, 2018).

Segundo a investigação de Calossi e Cicchi (2018) e de Emanuele e Chiaramonte (2020), a volatilidade na arena governamental atingiu valores superiores a 50% em 1994, sendo que a inovação governamental atingiu o pico mais alto de sempre (76,9%) devido à formalização da coligação entre *Forza Italia*, *Lega Nord* e *Alleanza Nazionale*.

No governo de 2018, a volatilidade atingiu o pico mais alto de 100%, ou seja, volatilidade total, ao mesmo tempo que a inovação se mostra com valores baixos. Uma das razões é pelo partido *Lega Nord* já ter estado no poder em anos passados (e sendo este um partido com grande presença nestas eleições legislativas de 2018), apenas se denota a inovação no que toca aos ministros do M5s.

A ascensão ao poder do M5s recentemente e dos pós-comunistas em 1996 representam dois dos casos mais significativos de inovação governamental da Europa Ocidental (Emanuele & Chiaramonte, 2020).

A compreensão do sistema eleitoral e partidário italiano é necessária para a análise das eleições legislativas, assim sendo, o próximo capítulo aborda as eleições legislativas de 2018.

## 7. Eleições legislativas de 2018

A 4 de março de 2018, os italianos tomaram a sua decisão em relação ao seu voto. Os três principais partidos destas eleições eram *Movimento 5 Stelle* (M5s), coligação centro-direita liderado por Berlusconi e Salvini, e a coligação centro-esquerda liderada por Renzi (Chiaramonte, Emanuele, Maggini & Paparo, 2020; Garzia, 2019). Os partidos populistas – M5s e *Lega Nord* – conseguiram chegar ao poder, conhecidos como partidos antissistema, anti-imigração e com uma visão eurocética. Principalmente o partido *Lega Nord*, que mudou extremamente os seus ideais de um separatismo do norte para uma força populista nacionalista italiana com fortes atitudes anti-imigração (Garzia, 2019).

As eleições legislativas italianas foram dominadas pela questão da imigração. A questão mais debatida e abordada nas campanhas eleitorais foi a crise de asilo e o fluxo de refugiados que chegava já há cinco anos antes da crise de refugiados começar. Uma vez que o principal problema para além da questão económica era a imigração, quase todos os partidos prometiam deportar todos os imigrantes ilegais, focando mais nos refugiados e em fortalecer as fronteiras, colocando desta forma “os italianos em primeiro lugar”, uma frase muito repetida por Matteo Salvini, ou seja, uma demonstração nacionalista. Já o M5s culpava a Europa pela crise de refugiados.

### A campanha eleitoral

No discurso público, era abordado que as eleições legislativas iriam trazer mais instabilidade à lei eleitoral que já era complexa por si só devido à mudança de um contexto bipolar para um contexto tripolar onde o M5s<sup>3</sup> não se comprometeu com nenhum dos partidos depois da eleição, ou seja, as previsões mostravam que o resultado não seria, de todo, um parlamento funcional majoritário (Garzia, 2019, apud Mancini & Roncarolo, 2018).

---

<sup>3</sup> Sendo este partido inserido no centro do espectro político.

O objetivo dos partidos durante a campanha eleitoral propunha-se em: restringir a imigração e um sistema de tributação fixo capaz de promover o crescimento económico. O M5s desejava um montante mensal com financiamento público para as pessoas abaixo da linha da pobreza e o centro-esquerda queria a redução dos fluxos migratórios e a continuidade das políticas económicas (Chiaromonte, Emanuele, Maggini & Paparo, 2020; Garzia, 2019). Especificamente, Berlusconi queria a redução de taxas, Matteo Salvini detinha uma postura anti-imigração e de segurança no país, Renzi previa uma dedução de taxas em formato de mensalidade para os pais de crianças menores e Di Maio focou a sua campanha na proposta do *income of citizenship*<sup>4</sup> (Garzia, 2019).

A imigração, para além do ceticismo europeu e de um desejo do crescimento económico, é a única constante no que toca à campanha destes partidos e respetivas coligações, com o controlo de fronteiras, deportação de imigrantes, revisão do regulamento de Dublin ou acabar com este acordo de vez.

Garzia (2019) explica que:

“os dados do Eurobarometer mostram que em 2013, as principais preocupações dos eleitores italianos eram o desemprego (58%) e crescimento económico (42%), com a imigração mencionada apenas como um problema importante enfrentado pelo país em 4% dos entrevistados. Sendo que em 2017 é diferente, as preocupações relacionadas ao estado da economia diminuíram devido à imigração (mencionado como um problema importante por 33% da amostra).” (Garzia 2019: 5)

### Desfecho das eleições

Ocorridas a 4 de março de 2018, as eleições tinham o objetivo de eleger os assentos da Câmara de Deputados<sup>5</sup> e do Senado<sup>6</sup> após Sergio Martarella exigir novas eleições, obtendo 72,9% de população eleitoral (Garzia, 2019).

A coligação que ganhou mais votos foi a coligação centro-direita, respetivamente 37%, dentro da coligação Matteo Salvini ganhou maioritariamente devido à mudança da estrutura partidária (Emanuele, Maggini & Paparo, 2020) e da campanha eleitoral focada na restrição da imigração, sendo que *Forza Italia* de Berlusconi decresceu em termos de votos. Nestas eleições, o partido M5s tornou-se uma das maiores forças políticas no país

---

<sup>4</sup> Proposta de 780€ mensais para a maioria dos italianos desempregados que votam.

<sup>5</sup> Respetivamente 630 assentos.

<sup>6</sup> Respetivamente 315 assentos.

(Garzia, 2019), enquanto o *Partido Democratico* é considerado o partido perdedor nas eleições, caindo cerca de 20%.

Após o desfecho das eleições, o processo tornou-se moroso devido à indecisão da formação de uma coligação para o governo e de não haver um consenso. Salvini propôs uma coligação ao M5s com a condição de que Berlusconi pudesse fazer parte, que acabou por ser rejeitada (Garzia, 2019). Mais tarde, o Presidente Mattarella anunciou no dia 7 de maio de 2018 que tinha intenção de propor um governo neutro. A 13 de maio de 2018, Giuseppe Conte é escolhido como Primeiro-Ministro, mas catorze dias depois, a 27 de maio, demite-se das suas funções devido a um conflito que existia entre Salvini e Mattarella. Meses mais tarde, um acordo é formado e nasce o *Governo del Cambiamento*<sup>7</sup>, com a liderança de Giuseppe Conte e com Salvini e Di Maio como vice-primeiros-ministros. Esta composição do governo era inesperada porque não se esperava, desta forma, que Di Maio aceitasse formar uma coligação e que o partido *Lega Nord* conseguisse entrar no governo sem Berlusconi (Garzia, 2019).

Após a compreensão das eleições e o seu desfecho, é importante perceber o comportamento da opinião pública para perceber se o aumento da preocupação com a imigração também se notou e se se relaciona com as atitudes da campanha eleitoral.

Deste modo, no próximo capítulo é analisada a evolução dos níveis de preocupação relativa ao comportamento da opinião pública.

## 8. A evolução dos níveis de preocupação: comportamento da opinião pública

Como já abordado, a imigração tornou-se um assunto central no debate político no discurso italiano devido à crise de asilo e às constantes chegadas de migrantes ao longo dos tempos, que se deve à localização do país e de este se ter tornado parte de uma rota migratória.

Existem dois fatores que pesam a opinião pública, sendo estes os média e a política por serem ambos métodos de polarizar a mesma independentemente do propósito. Deste modo, é importante analisar a evolução dos níveis de preocupação dos eleitorados para conseguir compreender se a preocupação com a imigração aumenta ou não, de modo a poder ser feita uma análise relativa ao impacto que a crise de asilo produziu ou não nas eleições legislativas de 2018.

---

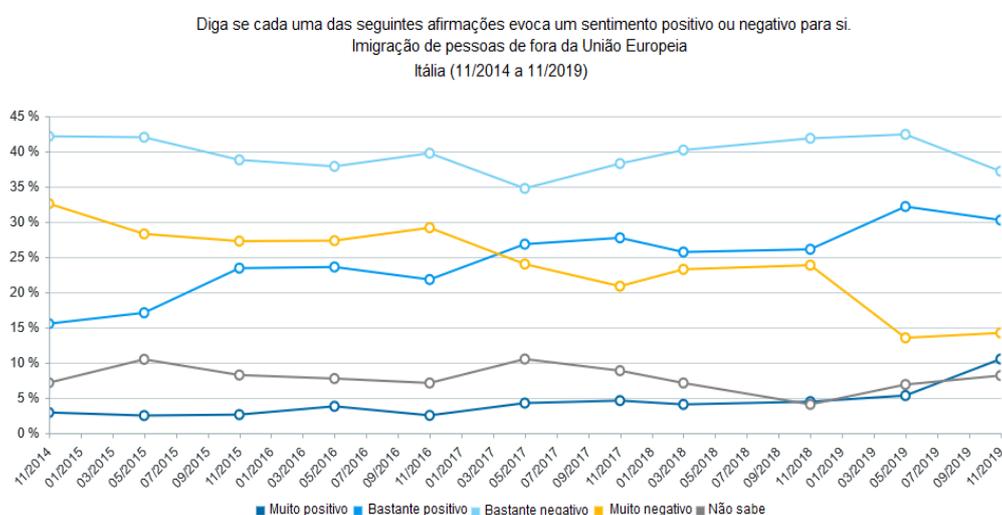
<sup>7</sup> Em português, “Governo da Mudança”.

Além da opinião pública se moldar por fatores já mencionados, a economia e o estado dela também é um fator que modifica a opinião pública. Contudo, o contacto que os migrantes têm com a população local também exerce alguma pressão. Para analisar, deste modo, os níveis de preocupação relativamente à imigração, os dados que vão ser usados são retirados do Eurobarómetro<sup>8</sup> e do ITANES<sup>9</sup> com base em sondagens de opinião pública.

O intervalo em análise consiste de 2013 a 2018 para que esta seja mais concisa.

## 8.1. Resultados do Eurobarómetro

### 8.1.1. Perceção da imigração de fora da EU para Itália



**Gráfico 1 – Imigração de pessoas de fora da União Europeia**  
Fonte: Eurobarometer, 2019

O gráfico acima demonstra a evolução e mudança do sentimento em relação à presença de imigrantes de fora da União Europeia em Itália entre 2014 e 2019. Existem três pontos de referência a ter em consideração relativamente aos dados deste gráfico, ou seja, 2014, 2015 e 2018. Se consultarmos o gráfico a 11/2014, a posição de *muito negativo* e *bastante negativo* encontram-se entre os 33% e os 42%, enquanto a resposta positiva se encontra como uma percentagem mais baixa, deste modo, entre 4% e 15%.

O ano de 2015 encontra-se marcado pelo pico da crise de refugiados em que a Itália se posicionou em segundo lugar atrás da Grécia relativamente à receção de refugiados.

<sup>8</sup> Resultados de sondagens de opinião encomendadas pelo Parlamento Europeu.

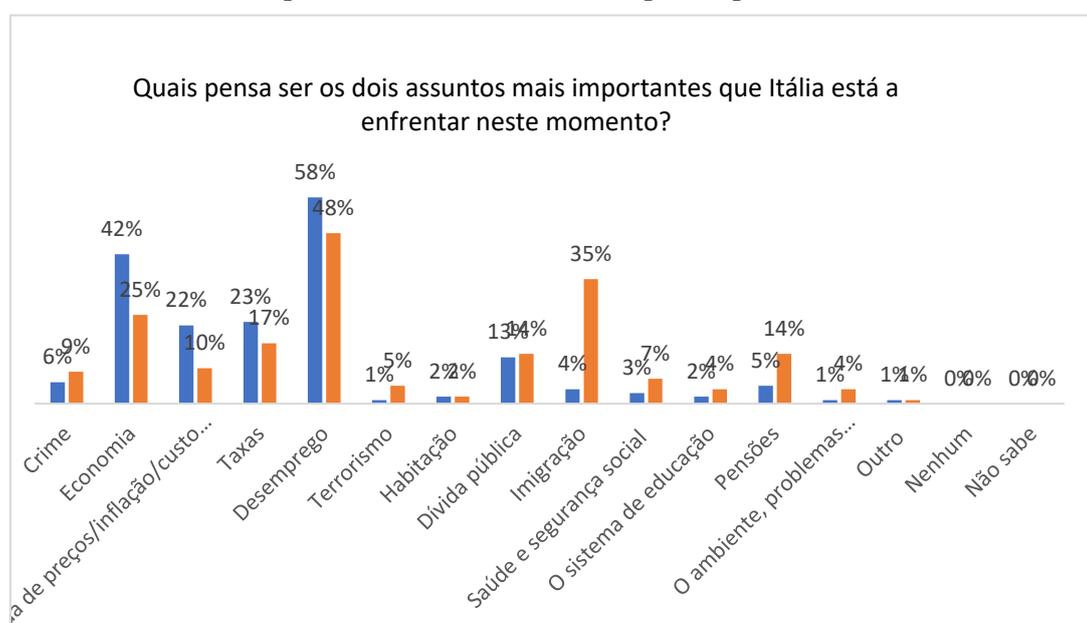
<sup>9</sup> Estudos nacionais de eleições italianas.

Como Stein (2017) explica, “a crise migratória (com o seu pico em meados de 2015) é, claramente, o maior evento imigratório e humanitário com qual a Europa já teve de lidar”.

Surpreendentemente, se for feita uma análise que perdure até ao ano de 2016, considera-se que o padrão se manteve estável em todos os parâmetros, embora tenham subido ligeiramente no parâmetro positivo e descido no parâmetro negativo.

Aquando das eleições de março de 2018, e se pensarmos no impacto da campanha eleitoral e na sua forte expressão anti-imigração, denota-se uma ligeira subida nos parâmetros *bastante negativo* (2%) e *muito negativo* (4%) e uma descida no *bastante positivo* (2%). A campanha eleitoral das eleições de 2018 foi marcada por uma forte tendência anti-imigração que via a sua culpabilidade espelhada na crise de asilo aos olhos dos políticos, o que viria a influenciar a opinião pública.

### 8.1.2. Os temas políticos mais salientes na opinião pública entre 2013 e 2018



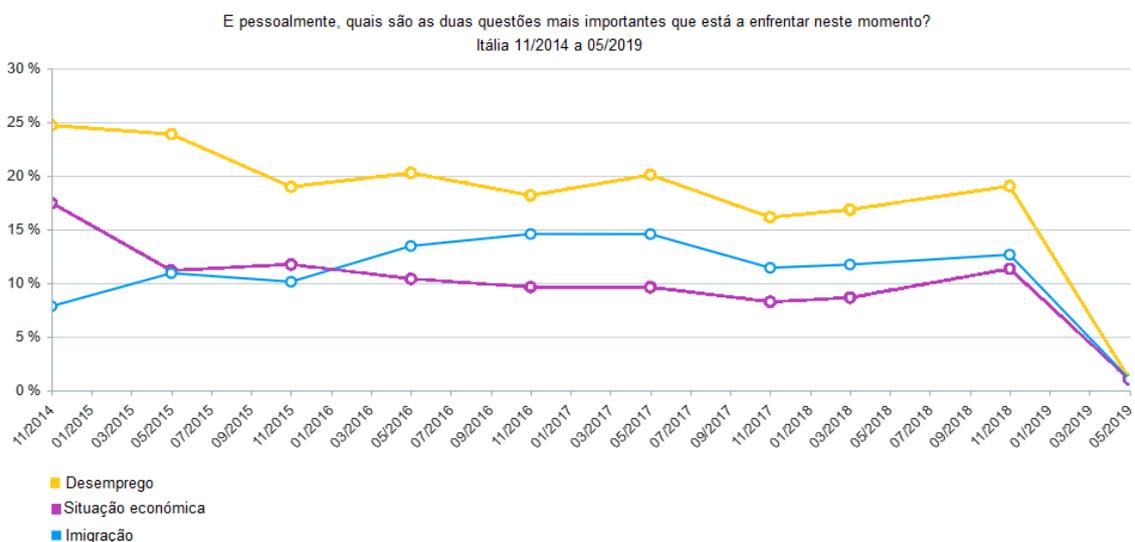
**Gráfico 2 – Assuntos mais importantes que Itália enfrenta.**  
**Fonte: Eurobarometer, 2018**

Este gráfico tem como foco a comparação de vários assuntos que possam ser importantes e que a Itália esteja a enfrentar entre 2013 e 2018, uma diferença de cinco anos. O objetivo é comparar o nível de preocupação com a imigração entre ambos, sendo estes marcados por eleições e tendo um pico de entrada de refugiados em 2015.

De modo geral, os assuntos mais importantes que Itália enfrentou em 2013 foram por ordem: o desemprego (58%) e a situação económica (42%), e em 2018 foram: o desemprego (48%) e a imigração (35%). É possível observar um crescimento de 31% do nível de preocupação – porque, de certo modo, indicar o assunto mais importante com

que Itália está a lidar, é também dizer que é um assunto com que mais se preocupa pessoalmente – vários podem ser considerados: 1) a repercussão do fluxo migratório desde o começo da crise de asilo; 2) o crescimento da onda de anti-imigração que daí adveio e 3) o discurso da campanha eleitoral e método empregue para transmitir a informação entre partidos – média – população, principalmente o discurso constante de Matteo Salvini em relação aos migrantes e o abuso de políticas nacionalistas.

### 8.1.3.A saliência da imigração, do desemprego e da situação económica na opinião pública



**Gráfico 3 – Questões mais importantes que está a enfrentar neste momento**  
Fonte: Eurobarometer, 2019

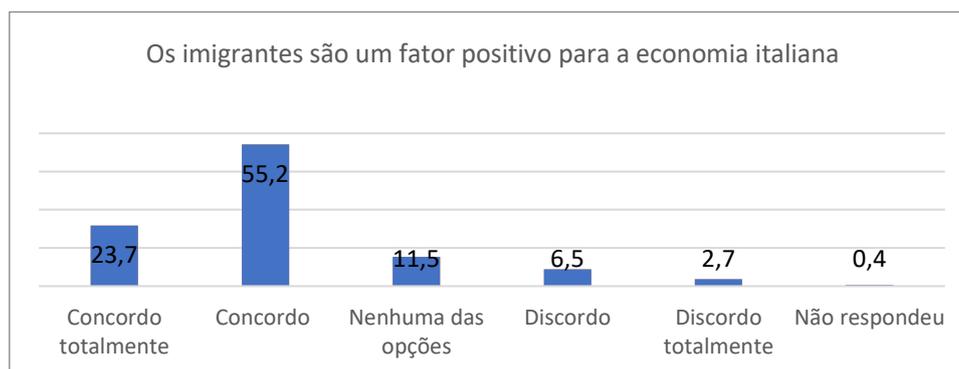
Este gráfico representa a evolução das questões que são mais importantes para o cidadão italiano proposto a responder ao questionário do Eurobarómetro em determinado momento, representando a questão da imigração, da situação económica e o desemprego entre 11/2014 a 05/2019. No que toca à imigração, sendo este o fator principal desta análise, entende-se que o pico ocorre entre 11/2016 a 05/2017. Aquando do pico da crise de asilo em 2015, a importância da questão subiu 3% durante esse ano, descendo 1% na última metade do mesmo, voltando a crescer até à primeira metade do ano de 2017, volta a descer drasticamente e subindo durante o período eleitoral, contando com a campanha eleitoral. Observando-se assim uma tendência maior, o que significa que a imigração é vista como uma questão que cada indivíduo enfrenta pessoalmente.

Após 2016, é perceptível que o desemprego e a situação económica seguem fielmente a evolução da imigração como um problema a ser enfrentado pessoalmente, o que pode

indicar uma relação direta entre estes três fatores. Esta informação confirma a análise do gráfico anterior que afirma ser o desemprego e a imigração, as duas questões mais importantes que Itália enfrenta em 2018. E apesar da imigração ter evoluído bastante, o desemprego encontra-se sempre como um fator preocupante.

## 8.2. Resultados do inquérito por questionário do ITANES em 2013

### 8.2.1. Perceção pública da contribuição da imigração para a economia

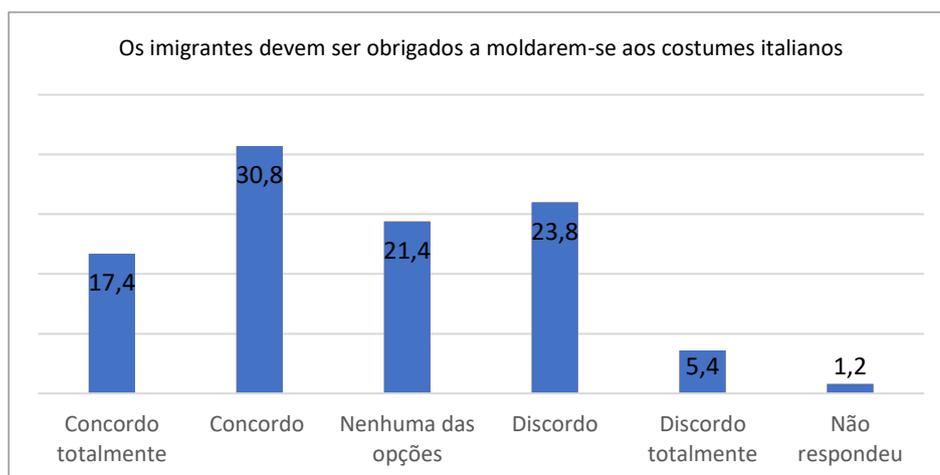


**Gráfico 4 - Os imigrantes são um fator positivo para a economia italiana**  
Fonte: Eurobarometer, 2013

Este gráfico aborda a opinião pública em relação ao facto de os imigrantes serem um fator positivo para a economia italiana no ano de 2013. A percentagem de indivíduos que concordam que, efetivamente, os imigrantes são bons para a economia italiana sobrepõe-se aos que discordam com 78,9%, ficando então 9,2% de respostas negativas discordando com a afirmação de que os imigrantes são um fator positivo para a economia italiana. Sendo que quem não votou em nenhuma das opções (11,5%) tem uma percentagem mais alta que o total de pessoas que discordam. Todavia, 0,4%, não respondeu embora a conclusão seja que no ano de 2013 a grande maioria afirmava que os imigrantes eram bons para o funcionamento da economia italiana.

Esta informação pode ser justificada com base no Gráfico 1, onde os assuntos mais importantes para os cidadãos italianos, em 2013, eram o desemprego e a situação económica enquanto a imigração estava nos 4%, portanto é concebível a ideia de que os cidadãos italianos tivessem a opinião de que os imigrantes eram um fator positivo para o funcionamento da economia italiana.

### 8.2.2. Percepção da necessidade de assimilação cultural por parte dos migrantes

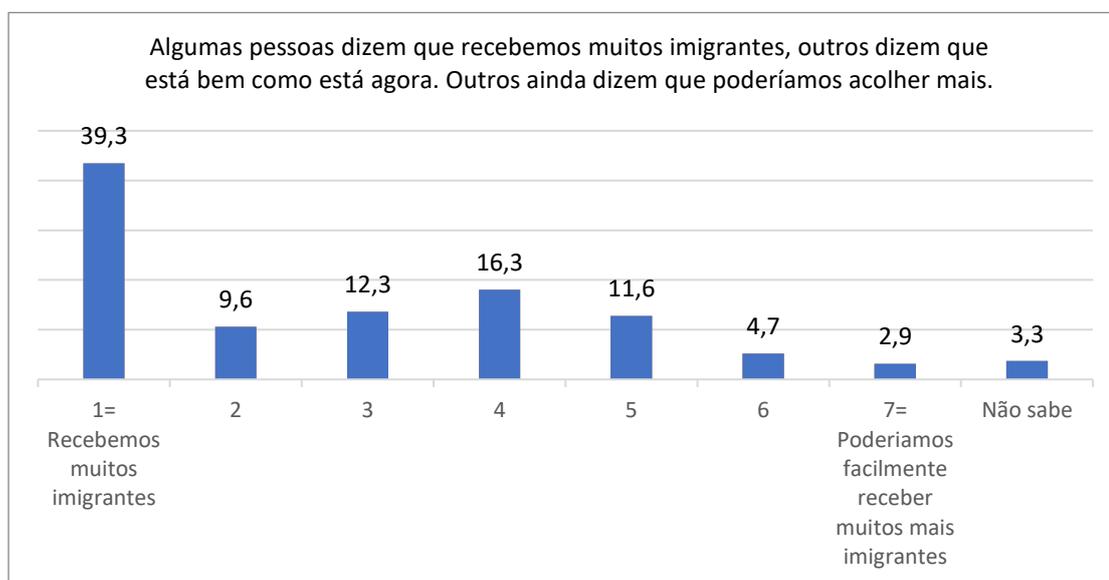


**Gráfico 5 - Os imigrantes devem ser obrigados a moldarem-se aos costumes italianos**  
**Fonte: Eurobarometer, 2013**

Este gráfico expõe que os imigrantes deviam ser obrigados a ajustarem-se aos costumes de Itália no ano de 2013. Segundo o gráfico, as respostas foram maioritariamente positivas, contando com um total de 48% (concordo totalmente – 17,4% e concordo – 30,8%) embora 21,4% tenha escolhido nenhuma das opções o que ainda é uma percentagem elevada. Em seguida, as respostas negativas angariaram 29,2% dos resultados. Ao que se pode concluir que apesar de haver uma quebra no resultado por causa de 21,4% das pessoas inquiridas ter escolhido nenhuma das opções, é de notar que o resultado entra em concordância com a afirmação de que os imigrantes devem ser obrigados a moldarem-se aos costumes italianos.

## 8.3. Resultados do inquérito por questionário do ITANES em 2018

### 8.3.1. Perceção pública sobre a intensidade da cultura italiana



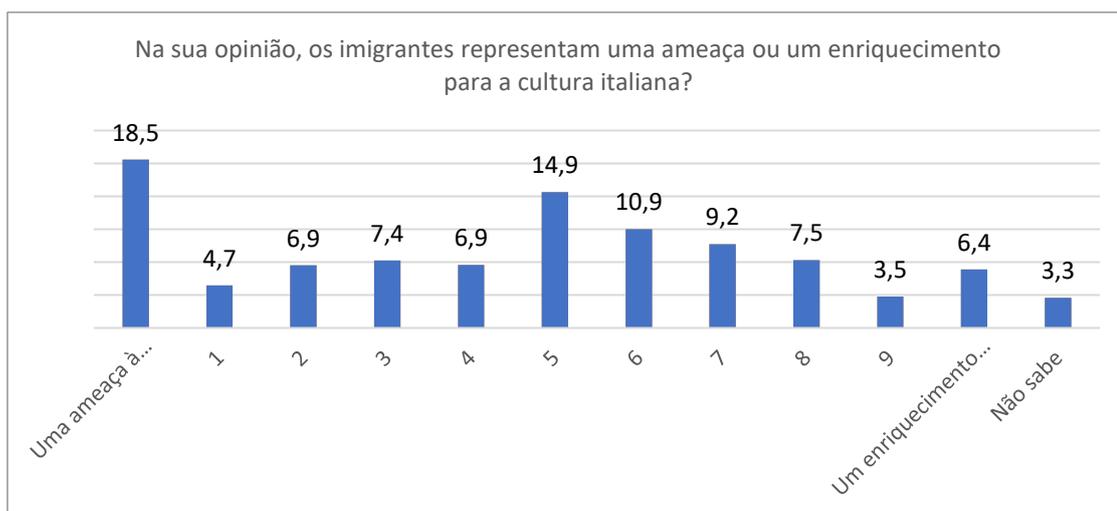
**Gráfico 6 - Quantidade de imigrantes que chegam a Itália**

Fonte: ITANES, 2018

Este gráfico expressa a opinião pública relativamente à quantidade de imigrantes que a Itália recebe. Consoante os dados do gráfico, e tendo em conta que a resposta 4 indica uma posição neutra, a resposta maioritária é de que Itália, efetivamente, recebe muitos imigrantes (39,3%), contando com respostas menos firmes ainda que indicam que Itália recebe muitos migrantes acresce 21,9%, totalizando 61,2%, ou seja, uma maioria. Tendo em conta que o 4 indica uma posição neutra como já referido, 16,2% da opinião pública acha que a situação está bem assim, enquanto 2,9% afirma que poderiam facilmente receber mais imigrantes, contando com respostas menos firmes acresce 13,2% totalizando 16,1%.

Se se efetuar uma comparação com a opinião pública em 2013, é perceptível que a posição da mesma alterou para uma posição mais negativa e de anti-imigração. Em 2013, os imigrantes eram vistos como um fator positivo para a economia enquanto consoante a informação deste gráfico já se nota a narrativa de demasiados imigrantes no país.

### 8.3.2. Percepção pública da contribuição da imigração para a cultura italiana



**Gráfico 7 - Os imigrantes representam uma ameaça ou um enriquecimento**  
**Fonte: ITANES, 2018**

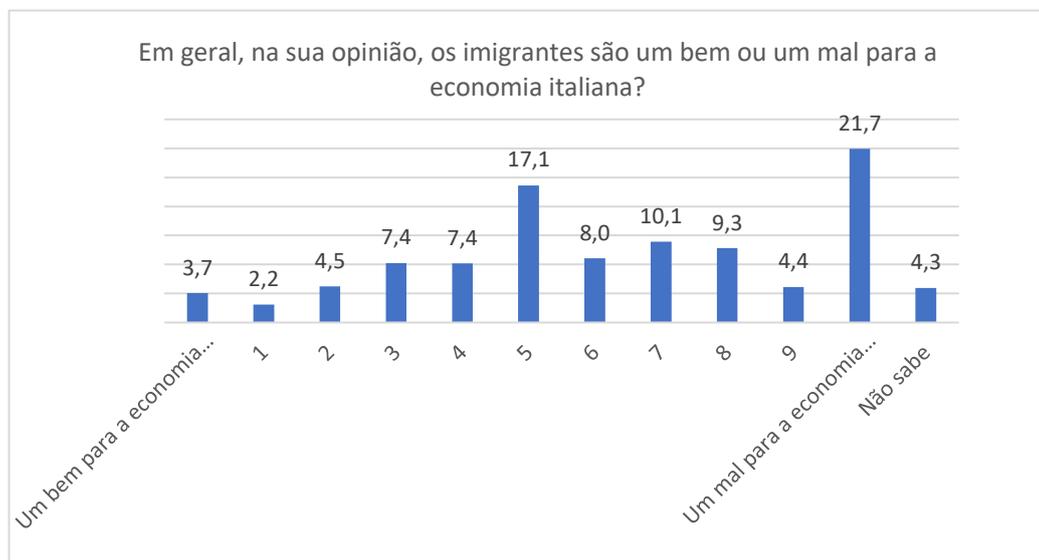
Este gráfico expressa a opinião em relação aos imigrantes serem uma ameaça ou um enriquecimento para a cultura italiana. A opinião pública numa escala de 0 a 10, em que 0 corresponde a 'Uma ameaça à cultura italiana' e 10 'Um enriquecimento para a cultura italiana'. Numa primeira instância, denota-se que o valor mais alto (18,5%) corresponde aos imigrantes serem uma ameaça à cultura italiana enquanto o mais baixo corresponde a uma percentagem de 3,3% que não soube responder, o que é indicador de que os italianos têm vindo a mudar a sua atitude e a ver os imigrantes de forma mais negativa ou a associar-lhes uma conotação negativa como consequência do impacto de vários fatores.

Se a 6.<sup>a</sup> posição desta escala já prescreve uma atitude mais negativa em relação aos imigrantes serem uma ameaça ou um enriquecimento para a cultura italiana, pode-se ilustrar uma análise mais restrita e perceber onde se situa a opinião pública na sua maioria. Se os valores forem somados tanto de um extremo como do outro, pode-se obter os seguintes resultados: em relação à posição de concordar com o facto dos imigrantes serem uma ameaça para a cultura italiana incluindo posições menos firmes, pode-se obter o total de 59,3%, enquanto em relação à posição de os imigrantes serem um enriquecimento para a cultura italiana soma um total de 37,5%.

Os resultados da opinião pública em relação à questão de se os imigrantes são uma ameaça ou um enriquecimento para a cultura italiana descrevem que a opinião pública se situa numa posição mais negativa em relação à presença de imigrantes em Itália, com a opinião de que os imigrantes são uma ameaça para a cultura em Itália. Se se comparar

dados em relação a 2013, é perceptível que um aumento negativo tem acontecido com o passar dos anos em relação aos imigrantes.

### 8.3.3. Os imigrantes são um bem ou um mal para a economia italiana



**Gráfico 8 - Os imigrantes são um bem ou um mal para a economia italiana**  
Fonte: ITANES, 2018

Este gráfico de barras expressa a opinião pública em relação aos imigrantes serem um bem ou um mal para a economia italiana. Numa primeira instância, é perceptível que a percentagem mais alta (21,7%) equivale a serem um mal para a economia italiana enquanto a mais baixa é relativa a serem um bem para a economia italiana (2,2%).

Se se proceder da mesma forma que com os gráficos anteriores, de ‘um bem para a economia’ a 5 equivale a população que respondeu que, de forma mais extremista ou não, os imigrantes são um bem para a economia italiana somando um total de 42,3%. No que toca a ‘um mal para a economia italiana’ equivale a 57,8%.

Em suma, a opinião pública, numa maioria, expressa-se de forma negativa, afirmando que os imigrantes são um mal para a economia, sejam mais extremistas ou menos firmes, o que é totalmente diferente do que a opinião pública afirma em 2013.

#### 8.4. Evolução dos níveis de preocupação

É perceptível que a opinião pública se tem alterado com o tempo, tal como os gráficos relativos a 2013 e 2018 expõem.

A probabilidade de vários fatores terem implicado a mudança que ocorreu na opinião pública em relação à imigração é alta e entre eles encontra-se as políticas anti-imigração e a crise de asilo.

Como mostra o Gráfico 2, é visível a grande diferença de problemas prioritários em cada ano. Enquanto em 2013 os problemas que preocupavam mais a população eram o desemprego e a situação económica, em 2018 o que mais preocupava a população era o desemprego e a imigração. Em cinco anos, a imigração tornou-se num problema nacional, subindo de 4% para 35%, o que é um aumento significativo.

Em 2013, a migração não era considerada uma questão importante na vida dos cidadãos italianos. O Gráfico 4 expõe exatamente essa posição, onde a opinião pública afirma que os imigrantes são um fator positivo para a economia italiana, chegando a uma percentagem de 78,9%. No entanto, o Gráfico 5 mostra que os imigrantes devem ser obrigados a moldarem-se aos costumes italianos e a opinião pública tenha maioritariamente concordado com esse facto. E ao serem obrigados a moldarem-se aos costumes italianos pode indicar uma posição assimilacionista, ou seja, a adoção dos novos costumes em detrimento dos seus.

Em relação a 2018, denota-se então a mudança extrema da opinião pública em relação aos imigrantes. O Gráfico 6 expressa como os italianos pensam que Itália recebe muitos migrantes, que com uma análise simples do gráfico, aponta para 39,3%. Ao que é perceptível a mudança que ocorreu de ano para ano, em que se instala uma narrativa negativa em relação aos imigrantes, visto que em 2013 a opinião pública afirmava que os imigrantes eram um fator positivo para o país. O Gráfico 7 confirma esta eventualidade, quando é questionado se os imigrantes representam uma ameaça ou um enriquecimento para a cultura italiana, ao que a maioria das respostas vai de encontro a uma posição negativa e em que a grande maioria concorda que são uma ameaça à cultura italiana. Esta posição negativa em relação aos imigrantes vai-se mantendo e quando são questionados relativamente ao facto de os imigrantes serem um bem ou um mal para a economia italiana, a posição negativa mantém-se, como pode ser verificado no Gráfico 8, com uma maioria de 57,8%.

Se uma comparação direta percentual for realizada entre questões semelhantes no ano de 2013 e 2018, as conclusões encontradas são interessantes. Se analisarmos a

questão de os imigrantes serem um fator positivo para a economia italiana, vamos obter as seguintes respostas. Em 2013, os inquiridos responderam de forma positiva num total de 78,9%, sobrando 9,2% de resposta negativa, isto numa junção de todos os parâmetros. Em 2018, quando questionados sobre os imigrantes serem um bem ou um mal para a economia italiana, os inquiridos responderam de forma positiva num total de 42,3% e de forma negativa 57,8%.

Como é perceptível, existe uma diferença considerável. Existe uma diferença de 36,6% na opinião entre 2013 e 2018 no que toca aos imigrantes serem um fator positivo, mas é ainda mais intrigante a diferença percentual da opinião negativa. Existe uma diferença de 48,6% no que toca aos imigrantes serem um fator negativo para a economia italiana. E se tivermos em conta que em 2013, 9,2% dos inquiridos tinham uma opinião negativa e em 2018 já foi registado um valor de 57,8%, é notável a intensidade do crescimento negativo da opinião pública relativa à imigração. Em suma, é evidente a mudança na opinião pública em relação aos imigrantes em apenas cinco anos, contando que a crise de asilo afetou grande parte da reação e ação de muitos países, incluindo Itália.

#### 8.4.1. *Lega Nord* e o aumento da preocupação com a imigração

Com o aumento da preocupação relativamente à imigração, o *Lega Nord* foi o partido que mais saiu beneficiado em termos de apoiantes e votos nas eleições legislativas de 2018. Como é de conhecimento público, o partido de Salvini é caracterizado anti-imigração, extrema-direita, xenófobo e eurocético (Padovani, 2018; Urso, 2018).

Matteo Salvini, como Ministro do Interior, serviu a questão da imigração como um problema que devia ser resolvido, ou melhor, a sua campanha eleitoral foi, em grande parte, em torno de como imigração estava a afetar a economia e a personalidade nacionalista do país e que, dessa forma, devia ser parada, pois os italianos estavam em primeiro lugar que qualquer outro indivíduo estrangeiro.

Como aborda Newell (2019) em relação às propostas e medidas que Salvini desejou seguir ou implementar,

“(...)procurava controlar a política de migração do governo na sua totalidade, sendo que havia restrições das atividades das ONGs envolvidas na procura e resgate no Mediterrâneo, tornando difícil o atracar de barcos com refugiados na doca dos portos italianos, as operações de busca e salvamento do “decreto de segurança” no Mediterrâneo que reduziu de três

para duas, as categorias de proteção a que os requerentes de asilo se podiam candidatar; restringindo também o seu acesso aos serviços de SPRAR<sup>10</sup> e a privação a uma série de direitos garantidos aos cidadãos italianos locais.” (Newell, 2019: 355)

Além de Salvini usar a questão da imigração como um modo de obter votos na campanha eleitoral para as eleições legislativas de 2018, afirmou que Itália devia parar a invasão que procedia e que deviam priorizar os italianos<sup>11</sup>. O partido *Lega Nord* sempre teve uma característica regional, até ser reformulado num partido nacionalista, populista e que desacredita o conceito de União Europeia e, dessa forma, também conseguir ganhar votos do sul italiano.

Durante toda a campanha eleitoral, não só o *Lega Nord* mas também outros partidos que se apoiavam na anti-imigração, prometiam deportar todos os imigrantes ilegais fortalecendo as fronteiras e muitos culpando a Europa pela crise de asilo.

É de notar que Matteo Salvini adquiriu tanto sucesso durante a campanha eleitoral e, consequentemente, no desfecho das eleições devido à reestruturação do partido, com a exploração crua da questão da imigração e a sua demonização, durante a campanha eleitoral, que conseguiu obter dentro da coligação centro-direita 37% dos votos.

O programa eleitoral do *Lega Nord*, como é abordado por Belardo (2019), girou em torno do aperto das operações de socorro de forma a rejeitar e a forçar o retorno dos migrantes ilegais em Itália para os seus países de origem, o que acabou por ser muito evidenciado na campanha eleitoral.

A campanha eleitoral do partido levou ao encontro das dificuldades em gerir a crise de asilo para a qual nenhum país estava pronto para lidar, principalmente os que se encontravam na zona das rotas marítimas. Contudo, é notável a forma como os partidos – e não só o *Lega Nord* – se aproveitaram da questão para se evidenciar nas eleições legislativas e conseguirem angariar votos, devido ao peso que a crise teve na opinião pública, como já pode ser observado nos gráficos acima analisados, e sendo que não é novidade que a questão da imigração se tornou um assunto muito politizado porque contribui para a angariação do voto.

Belardo (2019) também explica que após uma análise do Instituto de Pesquisa *Tecnè Italia* em 2018 sobre o quão importante eram os tópicos da imigração e segurança para o

---

<sup>10</sup> Sistema de Proteção de Requerentes de Asilo e Refugiados.

<sup>11</sup> *Italians first!*

voto, foi possível concluir que 41% do eleitorado do *Lege Nord* afirmavam que eram os problemas principais.

## 9. Discussão

O propósito desta investigação gira em torno de averiguar se, de facto, o impacto da crise de asilo se sucedeu e como é que esse impacto se fez notar. Deste modo, através da revisão de literatura, compreende-se a forma como a crise se deu e qual foi a resposta de Itália a algo para o qual a maioria dos países não estava preparada, o que pode indicar, de certa forma, a falta de recursos e a má gestão do fenómeno.

E, para além da necessidade de compreender a crise de asilo e todo o movimento migratório que se desenvolveu como consequência, é importante também explicar como é que funciona o sistema eleitoral, que já por si é frágil e instável e como esta força exterior exerceu algum tipo de impacto nas eleições legislativas de 2018.

Deste modo, surge a iminência da análise da opinião pública, ou seja, de que forma a imigração é um problema em Itália e que notoriedade tem no voto para as eleições que decidem o próximo governo: será este governo a favor ou contra a imigração?

Os resultados obtidos na análise de gráficos relativamente aos níveis de preocupação em relação à imigração no intervalo de 2013 a 2018 reflete várias conclusões que são importantes para perceber o impacto que a imigração empreendeu nas eleições e na opinião pública.

De uma forma geral, o resultado da análise revela que houve um aumento da preocupação em relação à imigração em Itália.

Como já foi analisado no Gráfico 1, a evolução e mudança do sentimento em relação à presença de imigrantes de fora da União Europeia entre 2014 e 2019 não está estagnada, mas também não tem flutuações muito drásticas, embora haja algumas subidas do sentimento negativo e descidas do sentimento positivo, principalmente em 2018 aquando da campanha eleitoral e das eleições em si, que pode dever-se à capitalização da questão da imigração e o uso de um discurso anti-imigração por vários partidos de forma a angariarem votos.

O Gráfico 2 comprova o facto de a preocupação em relação à imigração ter aumentado, pois com a comparação direta entre 2013 e 2018, é possível compreender que um dos assuntos mais importantes que Itália enfrenta em 2018 é a imigração com uma percentagem de 35%, quando em 2013 apenas era de 4%. Portanto, a saliência deste tema

na opinião pública teve um crescimento de 29% no período selecionado. Consecutivamente, o Gráfico 3 mostra o mesmo resultado, ou seja, a tendência geral é a imigração ser um assunto importante que, pessoalmente, os italianos estavam a enfrentar durante o mesmo período.

Numa análise mais focada no ano de 2013, de modo geral, a opinião pública é muito mais positiva. Quando questionados em relação aos imigrantes serem um fator positivo para a economia italiana, a resposta com maior percentagem é *concordo*, o que nos leva a refletir que a atitude anti-imigração não está tão presente quando em comparação com o ano de 2018, porque neste ano e embora a pergunta seja formulada de maneira diferente, a opinião pública recai sob os imigrantes serem um mal para a economia italiana.

Em relação a 2018, a opinião pública tem um caráter muito mais negativo e que pode ser consequência de vários fatores. Quando questionados em relação a receberem muitos ou poucos migrantes em Itália, a resposta com mais percentagem é a de receção de muitos imigrantes, que vai realmente contra a posição que tinham em 2013 quando afirmavam que a presença dos imigrantes em Itália era positiva para a economia. A resposta torna-se semelhante quando questionados em relação aos imigrantes representarem uma ameaça ou um enriquecimento, em que a resposta com mais percentagem foi a representação de uma ameaça.

Deste modo, é possível observar que existe, de facto, um aumento na preocupação em relação à imigração na opinião pública, sendo que o seu crescimento tem evoluído rapidamente, se se tiver em conta que entre 2013 e 2018 existe um espaço temporal de cinco anos.

Os fatores que podem ter levado a este aumento são a crise de asilo e a campanha eleitoral. Ambos são fatores que abalam a opinião pública, o que levaria a um impacto nas eleições legislativas de 2018 porque, desta forma, o resultado eleitoral seria diferente com base nos fatores que influenciariam o voto.

Contudo, não se sabe até que ponto as eleições legislativas teriam um resultado diferente se a crise de asilo não tivesse um efeito direto no país e, conseqüentemente, na opinião pública. É possível que a imigração não se tornasse uma questão importante se esta não tivesse afetado diretamente a Itália nos últimos anos. É perceptível o uso e abuso da questão da imigração para aliciar o voto em determinados partidos durante a campanha eleitoral porque, segundo a opinião pública, um dos fatores mais preocupantes, como já mencionado, é a imigração no país e que está representado nos gráficos relativamente a 2018, espelha uma opinião negativa e que dá asas ao seu uso eficaz na campanha eleitoral.

Da mesma forma, o *Lega Nord* acaba por ser o partido mais beneficiado com o discurso anti-imigração recíproca entre os seus eleitorados e a campanha eleitoral proposta, o que pode justificar a subida de votos e o alcance que o *Lega Nord* deteve nestas eleições legislativas.

## 10. Considerações finais

Nesta última secção serão apresentadas as considerações finais que pretendem estabelecer uma correlação entre a questão de investigação, a literatura e análise prática.

Esta dissertação de mestrado propôs-se a entender qual o impacto da crise de asilo nas eleições legislativas de 2018 através da revisão da literatura mais adequada e com a análise de gráficos com base em inquéritos eleitorais do Eurobarómetro e do ITANES e, deste modo, a contribuir para o estudo da imigração em Itália.

Itália foi um dos países mais afetados pela crise de asilo devido ao seu posicionamento geográfico e à ligação das rotas marítimas. Sendo este um país bastante afetado com um fenómeno para o qual nenhum país se encontrava muito bem preparado para lidar, o propósito centrou-se em analisar a influência da crise de asilo nas eleições legislativas de 2018, isto porque um dos temas mais debatidos na campanha eleitoral foi a imigração, um assunto visto de forma negativa e transmitido como um mal que viria assolar Itália e um pouco de toda a Europa. Contudo, a importância não está iminente apenas na campanha eleitoral, mas também na opinião pública, pois se há abertura para um forte empenho de um discurso anti-imigração numa campanha eleitoral, também há espaço para a mudança da opinião pública.

Além da análise feita à opinião pública, a qual se mostrou bastante negativa em 2018, ou seja, o ano das eleições legislativas, e afirmativa de uma posição anti-imigração em Itália, foi necessário perceber o funcionamento do sistema eleitoral italiano e, por consequência, o sistema partidário de modo a compreender em que atmosfera se exercem as eleições legislativas e que partidos detêm mais probabilidade de angariar votos consoante os problemas principais que o país enfrenta. Ao contrário da opinião pública em 2013, que antes da crise de asilo, incluindo o seu pico em 2015, a população não encontrava grandes questões no problema migratório e concordava que os imigrantes eram uma adição positiva para o país.

Após se compreender que uma alteração na opinião pública tinha acontecido, que um abuso do discurso anti-imigração se tinha verificado durante a campanha eleitoral e que

esta ação levou a ascensão de partidos, que diretamente usufruíram desse proveito, nos resultados eleitorais, tal como o partido *Legia Nord*, o impacto da crise de asilo nas eleições legislativas tornou-se claro. Por a crise trazer instabilidade e novas realidades a um país que não sabia como lidar com um fenómeno como este, que veio também a impactuar a opinião pública e, conseqüentemente, o uso estratégico do descontentamento com a imigração transformado em discurso anti-imigração, é notável o impacto que teve nas eleições com o poder que o *Legia Nord* adquiriu, sendo este um dos partidos que mais beneficiou positivamente com a interligação de todos estes acontecimentos, não descartando que também foi o que mais abordou a questão.

Esta pesquisa pretende contribuir para a investigação sobre imigração em países que detém uma presença considerada forte de partidos de extrema-direita e como esses partidos usufruem da opinião pública semelhante aos seus ideais para levar avante medidas mais extremistas. É perceptível pelo mundo fora, a ascensão de partidos de extrema-direita que invalidam a constante luta pelos direitos humanos e a minimizam cada vez mais e que tentam afirmar um papel nacionalista para o bem do país e dos seus cidadãos.

Em suma, a crise de asilo exerceu impacto nas eleições legislativas de 2018, embora esse fator individualmente não tenha sido o único fio condutor para o resultado que estas expressaram. Existiu uma interligação do fenómeno migratório, da campanha eleitoral fortemente apoiada no discurso anti-imigração na tentativa de angariação de votos e a desacreditação da União Europeia e da mudança de opinião pública em relação à imigração que está fortemente apoiada na reação da população à crise de asilo e a qualquer outro fenómeno migratório que tenha acontecido até ao momento do voto.

## Referências Bibliográficas

- Belardo, G. (2019). The Impact of the European Migration Crisis on the Rise of Far-Right Populism in Italy.
- Bonifazi, C., Heinz, F., Strozza, S., & Vitiello, M. (2009). The Italian transition from emigration to immigration country
- Bulli, G., & Soare, S. C. (2018). Immigration and crisis in a new immigration country: The case of Italy. *Hrvatska i komparativna javna uprava: časopis za teoriju i praksu javne uprave*, 18(1), 127-156.
- Calossi E. & Cicchi L. (2018) The Italian party system's three functional arenas after the 2018 election: the tsunami after the earthquake, *Journal of Modern Italian Studies*, 23:4, 437-459
- Carvalho, J. (2013). Impact of extreme right parties on immigration policy: Comparing Britain, France and Italy. Routledge.
- Cecili, M. (2019). El sistema electoral italiano: lo que el legislador hace, el Tribunal lo deshace. *Revista de Derecho Político*, 1(106), 265-283.
- Chiaromonte, A. (2015). The unfinished story of electoral reforms in Italy. *Contemporary Italian Politics*, 7(1), 10–26
- Cicchi, L., & Calossi, E. (2018). Reconfiguration of the Italian party system, 2013–2018: a two-stage political earthquake?
- Colucci, M. (2018). Per una storia del governo dell'immigrazione straniera in Italia: dagli anni sessanta alla crisi delle politiche. *Meridiana*, (91), 9-36.
- Del Boca, D., & Venturini, A. (2003). Italian Migration. IZA Discussion Papers 938. *Institute for the Study of Labor (IZA)*.
- Emanuele, V., & Chiaromonte, A. (2020). Going out of the ordinary. The de-institutionalization of the Italian party system in comparative perspective. *Contemporary Italian Politics*, 12(1), 4-22
- Emanuele, V. (2018). Introduction to the Special Issue 'Who's the winner? An analysis of the 2018 Italian general election'. *Italian Political Science*, 13(1), 1-7.
- Emanuele, V., Maggini, N., & Paparo, A. (2020). The times they are a-changin': party campaign strategies in the 2018 Italian election. *West European Politics*, 43(3), 665-687.
- Garzia, D. (2019). The Italian election of 2018 and the first populist government of Western Europe. *West European Politics*, 42(3), 670-680.

- Hammond, T. G. (2015). The Mediterranean migration crisis. *Foreign Policy Journal*, 19(5).
- Krzyżanowski, M., Triandafyllidou, A., & Wodak, R. (2018). The mediatization and the politicization of the “refugee crisis” in Europe.
- Massetti, E., & Farinelli, A. (2019). From the Porcellum to the Rosatellum: ‘political elite-judicial interaction’ in the Italian laboratory of electoral reforms. *Contemporary Italian Politics*, 11(2), 137-157.
- Newell, J. L. (2019). Italy’s new government and the migrant crisis.
- Padovani, C. (2018). Lega Nord and anti-immigrationism: the importance of hegemony critique for social media analysis and protest. *International Journal of Communication*, 12, 27.
- Panebianco, S. (2019). The Mediterranean migration crisis: humanitarian practices and migration governance in Italy. *Contemporary Italian Politics*, 11(4), 386-400.
- PublicOpinion - European Commission. (2020). Retirado a 1 de outubro de 2020, <https://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/Chart/index>
- Questionari Itanes. (2020). Retirado a 1 de outubro de 2020, <http://www.itanes.org/questionari-itanes/>
- Sanguinetti, A. (2019). La transizione migratoria italiana negli anni della crisi. *la Rivista delle Politiche Sociali*, 25.
- Savino, M. (Ed.). (2017). *La crisi migratoria tra Italia e Unione europea: diagnosi e prospettive*. Editoriale scientifica.
- Stein, K. C. (2017). Viktor Orban's National Hungarian Identity Construct-Securitization of 2015-2016 European Migrant Crisis as Existential Threat.
- Urso, O. (2018). The politicization of immigration in Italy. Who frames the issue, when and how. *Italian Political Science*
- Zincone, G., & Caponio, T. (2006). Immigrant and immigration policy-making: The case of Italy. *Amsterdam: IMISCOE Working Papers*.